



Universidade Federal Fluminense  
Faculdade de Educação  
Curso de Pedagogia

### **Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de Pedagogia de 24 de setembro de 2020.**

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de setembro de 2020, reuniram-se, de maneira remota, pela plataforma Google Meet, os membros do colegiado do curso de Pedagogia: professoras Walcéa Alves (presidenta), Lisete Jaehn (suplente), Renata Ramos (titular), Fernanda Montes (suplente), Márcia Maria e Silva (titular), Marta Maia (titular), Maria Nazareth Salutto (suplente), Mariana Vilela (suplente) e professores José Artur Fernandes (titular) e Reginaldo Costa (titular) e a estudante Rhaíssa Vieira da Silva, representante discente, além dos Técnicos em Assuntos Educacionais Nathalia Gomes e Regis Telis, a fim de realizar a reunião extraordinária, cujo ponto de pauta única foi: **Esclarecimentos sobre o ajuste dos planos de curso e escuta às demandas discentes sobre a inscrição em disciplinas.** A reunião contou com a participação de 87 presentes, entre professores/as, estudantes e técnicos/as. A professora Walcéa Alves iniciou a sua fala apresentando a dinâmica da reunião: 60 minutos para a discussão do tema (com a inscrição inicial de 10 participantes, por ordem de inscrição – 5 docentes e 5 discentes, com falas de 3 minutos, com tolerância máxima de 1 minuto) e 30 minutos para encaminhamento e votação de possíveis propostas. Após a abertura para a inscrição das falas, os/as professores/as e estudantes foram sendo chamados/as. A professora Márcia Maria, cumprimentando a todos/as os/as presentes, explicou que participara da reunião que ocorrera com os/as estudantes no último dia 21 de setembro, mas que, naquela ocasião, não teve a oportunidade de se manifestar em função do tempo em que pôde estar presente, somado ao volume de pessoas inscritas para fazer suas exposições. Explicou que gostaria de expor seu ponto de vista sobre as críticas e argumentos dos/as estudantes, enquanto membro titular do Colegiado de Curso que havia votado com os/as colegas a favor da posição tomada na última reunião ordinária sobre o processo de ajuste de disciplinas no semestre letivo excepcional de 2020.1 no contexto do ensino remoto emergencial. Afirmou compreender e respeitar os argumentos defendidos pelos/as discentes, embora questionasse a linguagem e abordagem agressivas em momentos de forte polarização em que nos reconhecemos todos do mesmo lado da luta. A professora pontuou ainda que é pelo diálogo que todas as questões podem ser resolvidas e que esse diálogo vem sendo feito pela Faculdade de Educação, pelo Curso de Pedagogia e pelo Colegiado. No entanto, afirmou que identificou, nas falas de alguns estudantes, que não há um reconhecimento desse espaço-tempo de diálogo formal, legal e legítimo para as interlocuções e embates a favor de um projeto de curso possa se dar. Afirmou que, quanto menos esses espaços são ocupados pelos estudantes e pela comunidade acadêmica, mais ruídos são produzidos na comunicação. Reforçou que os alunos estão sendo ouvidos, e que tem sido feito um esforço para que se compreenda quem são os alunos, o que querem e quais as suas condições efetivas e objetivas não só de sobrevivência, mas também de realização do curso, como ele está sendo organizado e redimensionado no contexto atual. E o que tem sido decidido é fruto de análise de análises e levantamentos que vêm sendo feitos. A seguir, a professora Walcéa Alves solicitou, a pedido da professora Marta Maia - que já havia se inscrito – que

primeiro fosse ouvida a estudante que estava na sequência, já que gostaria, antes, de entender o ponto de vista dos estudantes. A estudante Rhaíssa Vieira, apresentou sua fala contextualizando, com base na reunião que ocorrera com os estudantes no dia 21 de setembro, a demanda por essa reunião extraordinária aos/as professores/as que não estavam presentes na ocasião. Explicou que, inicialmente, em reunião realizada entre Coordenação e estudantes, em 02 de setembro de 2020, ficou compreendido que seria uma orientação do CEPEX o limite de 5 disciplinas, mas que os estudantes teriam autonomia para montar seus planos de estudos. Contudo, no segundo dia do período de ajustes, os estudantes receberam a informação transmitida pela Coordenação de que o limite de 5 (cinco) disciplinas é uma regra a partir de discussão e decisão do Colegiado. Nesse sentido, coloca a necessidade de esclarecimento e entendimento sobre a mudança ouvindo o colegiado, assim como a necessidade de escuta das demandas discentes, que provocaram resistência a essa decisão, desejando saber se haveria possibilidade de alguma negociação acerca do tema. A professora Marta Maia afirmou que a fala da aluna foi importante para que a situasse, já que não participara da reunião anterior. Explicou que foram muitas as reuniões realizadas antes de se chegar a uma solução para que se suprissem as necessidades dos alunos. A professora disse que se sentiu bastante desrespeitada em ter sido acusada de agir de forma excludente e elitista pela representação dos estudantes quando do momento em que foi acatada a determinação da UFF em realizar as ACEs (Atividades Acadêmicas Emergenciais) e explicou que, apesar de não ter gostado de ser obrigada a realizar o semestre dessa forma, é servidora, e que, acima dela, há outras instâncias decisórias. Mas que também o fez por ser esse um direito de alguns alunos que foram contemplados por aquela deliberação. Falou, ainda, que, ao longo da finalização das ACE, foi surpreendida pela retomada do semestre regular em regime de excepcionalidade, que se iniciou logo em seguida e disse estar ainda aprendendo para lidar com essa nova realidade. Lembrou que assistiu, algumas vezes, em diferentes reuniões, à apresentação da Coordenação acerca da pesquisa realizada com os alunos. E destacou que, nessas ocasiões, o que lhe chamou muita atenção foi a preocupação da Coordenação e dos colegas com os alunos, com as condições de acesso, saúde física e mental e se estavam trabalhando ou cuidando de familiares, já que isso fora indicado pela pesquisa. Foi realizado um processo de organização de modo a buscar contemplar demandas dos/as discentes. Neste contexto, com vistas às dificuldades expressas, foi que houve a deliberação pela orientação aos/as alunos/as de que se inscrevessem em até 5 (cinco) disciplinas, com o intuito de que não houvesse sobrecarga, evitando a precarização do processo de formação, assim como do trabalho docente. Explicou que foi extremamente trabalhoso articular atividades síncronas e assíncronas, lembrou que houve uma busca ativa de alunos que não responderam à pesquisa e que foi ouvido, inclusive, que muitos não estavam dispostos a cursar o semestre remotamente com receio do que estava por vir. A professora destacou ainda que foi uma surpresa o número de estudantes que solicitou o acréscimo de mais disciplinas logo no primeiro dia de ajustes e que o entendimento do colegiado foi de que os alunos estariam equivocados ao acreditar que o semestre remoto facilitaria a realização de mais disciplinas que o previsto inicialmente. O que, segundo a professora, não corresponde à realidade, frente à grande demanda de atividades e comprometimento com as atividades síncronas e assíncronas. A aluna Villiam Gomes iniciou sua fala dizendo que é muito complicado que a Faculdade de Educação alegue que vinha tendo diálogo com os estudantes ao longo do período de quarentena e que agora se diga que os alunos estão sendo incoerentes. Em função de problemas de conexão da estudante, foi passada a palavra à estudante Camila Lopes, que mencionou que a professora Marta Maia colocou um posicionamento interessante, mas afirmou que as alegações usadas para realizar a limitação quanto ao número de disciplinas ainda não facilitavam a compreensão dos/as estudantes quanto à clareza sobre os motivos que levaram a Coordenação e o Colegiado a chegarem a essa decisão,

o que seria importante para facilitar o diálogo. A aluna Villiam Gomes retornou à reunião e retomou sua fala. Disse que os alunos que escolheram realizar mais disciplinas estavam pensando em fazer um sacrifício, colocando ser um discurso elitista afirmar que adiantar a graduação é oportunismo, visto que os/as estudantes precisam se formar e trabalhar, pois não contam com ampla assistência estudantil. Explicou que o estudo também é uma válvula de escape para a questão da saúde mental. Colocou, ainda, que é preciso ouvir as demandas dos estudantes, haver diálogo e não haver paternalismo neste momento. Na sequência, a aluna Nathalia Maciel ponderou que compreendia que surgiu uma demanda discente durante o período de ajustes em que foi necessário ao curso se repensar, no entanto, a maior frustração foi o fato de não ter sido compreendido o porquê essa demanda estudantil ter se tornado real. Afirmou que muitos/as alunos/as não estariam aproveitando o momento para acelerar períodos, mas estariam apenas visualizando a oportunidade de realizar disciplinas optativas e eletivas que, em geral, não conseguiriam cursar no semestre presencial por coincidirem com as obrigatórias do período ou estarem em outros turnos que coincidem com o horário de trabalho. Diante do semestre remoto, quando muitos não estão em suas atividades laborais, esse período foi vislumbrado como uma possibilidade de acertar esse descompasso. Por outro lado, ao sair a determinação do Colegiado e ser constatado que havia baixo número de estudantes inscritos em algumas turmas de atividade cultural e optativa, a negativa de possibilidade de inscrição frustrou muitos estudantes. Explicou que, assim como ela, diversos estudantes precisariam crescer um semestre ao seu tempo de curso tão somente para cumprir algumas disciplinas cujo horário em que são ofertadas é um elemento dificultador, argumentando que, neste momento em que estão em casa e que poderiam se dedicar mais, foram impedidos, o que causou o questionamento da grande maioria dos alunos. A seguir, o professor Reginaldo Costa explicou que não participou da reunião do Colegiado em que foi tomada a decisão, mas leu a carta produzida pelos estudantes, os esclarecimentos da Coordenação e, desse modo, tomou ciência da situação. Expôs que há equívocos desde as ações adotadas pelo governo federal, que visam à naturalização da precarização da educação, pontuando que a reitoria seguiu na mesma direção, mas que o grupo docente não deve aceitar esse modelo, que tem por objetivo que os estudantes aligeirem seus cursos. O professor expressou ter sido um erro a forma como se desenvolveram as ACEs e como vem sendo delineado esse período remoto, sem que tenha havido ampla escuta e deliberação nos devidos espaços da universidade. Acrescentou, ainda, ser contra os alunos cursarem muitas disciplinas, sob o risco de precarizar a educação que se desenvolve. O docente disse que os estudantes devem aprimorar suas formas de participação, mas que devem, também, reconhecer a legitimidade de espaços como o Colegiado, o qual, segundo o professor, não agiu autoritariamente. Explicou, também, que se existissem vagas sobrando em algumas disciplinas, essa questão poderia ser discutida e equacionada, mas reafirmou que não podemos precarizar o que acreditamos enquanto projeto de educação. Na sequência, a aluna Juliana Viana Barros alegou que os discentes têm sido presentes em boa parte dos debates e reuniões, mas não compreende o porquê de não serem consultados nos momentos específicos em que é preciso resolver questões que afetam diretamente a eles, sendo importante a representação estudantil, assim como o processo de comunicação da Coordenação e do Colegiado para entendimento e esclarecimento. Posteriormente, a professora Flávia Soares ponderou que cursar faculdade não é simplesmente fazer disciplinas, visto que há diversas outras atividades de muitas naturezas, o que não pode ser relativizado nem em tempos ditos normais tampouco em tempos excepcionais, tal como o que vivemos no atual momento. Explicou que a carga horária demandada pela inscrição em cinco disciplinas não se resume ao tempo de sala de aula, mas que a demanda para se realizar o estudo qualificadamente é muito superior, pois soma-se a isso o tempo que devem se dedicar a atividades extracurriculares, estágios, e também à participação em espaços de

representação estudantil. Lembrou das diversas demandas que todos temos, junto às respectivas famílias, à casa, ao trabalho e que devemos zelar pela saúde física e mental de todos nós. A professora ponderou que a demanda de inscrição em um quantitativo muito grande de disciplinas se configura de modo excessivo e prejudicial, mantendo seu posicionamento a favor da limitação de 5 disciplinas. A professora Érika Frazão explicou que não esteve presente na reunião anterior do Colegiado, mas que, tendo compreendido a questão, se posiciona contrariamente à adesão de muitas disciplinas, já que não somente os alunos, mas também muitos/as professores/as, estão vivendo situações difíceis nesta nova configuração, em que estão com filhos em casa e lidando com diversas atividades. Referenciou também as dificuldades enfrentadas durante as ACEs para embasar seu posicionamento. Perguntou, ainda, aos estudantes qual era o quantitativo de discentes que estavam solicitando aumento do número de disciplinas nas suas grades. A seguir, a aluna Rhaíssa Vieira retomou sua fala, explicando que ela também atua como docente e que se posiciona contrariamente à precarização docente. Afirmou que tem se dedicado às aulas on-line e sabe das dificuldades, mas ressalta que tem havido falta de comunicação horizontal. Explicou que, em abril, teve uma conversa com o Diretor Fernando Penna, questionando sobre qual seria o posicionamento da Faculdade sobre a demanda por ensino à distância, já que isso precarizaria as condições dos estudantes, do trabalho dos/as professores/as e técnicos/as. Ressaltou que há uma disputa pelas demandas específicas de cada grupo, discentes e docentes, mas que há uma questão de poder que atravessa a possibilidade de diálogo produtivo, em que se encontram soluções para todos. Ressaltou a importância de ouvir os/as professores/as do Colegiado. Reforçou a necessidade de se discutir problemas que são anteriores ao período da pandemia e do semestre remoto, tal como a quantidade de disciplinas a cursar, a organização dos horários, a disposição das disciplinas frente à realidade social dos/as estudantes. Coloca a importância de se pensar a Faculdade e a Universidade nos tempos de hoje, o que se configura enquanto urgência da comunidade acadêmica frente à construção de currículo, ao perfil dos/as estudantes, da identidade do corpo docente, da Coordenação, da Direção, de modo dialógico e articulado, com amplo debate. A aluna Nathalia Maciel disse que compreendeu os posicionamentos das professoras no que se refere ao tempo necessário de dedicação ao curso, mas que, sendo um curso de carga horária integral, as demandas de fazer muitas disciplinas sempre existiram em todos os períodos. Apontou que o aligeiramento que foi apontado por alguns/mas professores/as durante a reunião, sempre ocorreu – os estudantes sempre se inscreveram em 10/12 disciplinas e a limitação de inscrição em disciplinas nunca ocorreu, até mesmo porque o curso é de horário integral. Desse modo, a estudante afirmou que, ao ingressar no curso já se sabe que para conseguir concluí-lo, é necessário pegar disciplinas nos três turnos ou estender mais semestres para completar a carga horária. Reforçou que a questão do aligeiramento sempre existiu, mas veio à tona mais claramente no momento atual. Pontuou que a fala dos/as estudantes na reunião não estava voltada para o convencimento de que deveria ser liberada a inscrição em 12 disciplinas, mas que se dialogasse sobre possibilidades e demandas reais dos/as discentes, afirmando que o quantitativo de cinco disciplinas estaria fora da realidade em que já estavam inseridos anteriormente, não atendendo nem sequer à demanda do semestre dito normal. Colocou que a proposta e argumentação é que se chegue a um consenso que seja diferente da decisão que limita o quantitativo tal como está. Disse que o aligeiramento não foi inaugurado pelos estudantes nesse momento, mas já existia como inerente ao curso. A professora Marta Maia respondeu à aluna, explicando que concorda que há de fato esse aligeiramento desde antes da situação que vivemos hoje. Mas ponderou que, sendo feito de forma remota, isso se torna muito mais complexo, e que o que está em jogo é a qualidade do ensino praticado na universidade pública. A professora Márcia Maria retomou o tema da comunicação horizontal: afirmou a

importância da visão da Rhaíssa Vieira sobre ser a comunicação um campo de disputa, mas há “cadeiras” que eventualmente ficam vazias nos espaços instituídos, no que se refere à representação discente. Faz a proposta de que todos os questionamentos, observações e interesses específicos colocados pelas estudantes sejam retomados em outras reuniões do colegiado com a presença discente para o próximo semestre para que haja, não propriamente a solicitação de mais do que 5 disciplinas, mas proposições de que se façam escolhas através de diálogos e arranjos possíveis mediante uma aproximação entre discentes, Colegiado e Coordenação. Para tal, é preciso, portanto, uma organização permanente para que essa articulação, participação e organização se efetive. Lembrou que foram muitas as oportunidades de participação junto aos/as professores/as, mas que isso se estrutura com o tempo, com continuidade. A professora acrescentou, ainda, que tem a percepção de que, entre os cursos da universidade, o mais dialógico, ainda que num campo de disputas, venha a ser o da Pedagogia, colocando a importância de que se compare como as decisões têm sido encaminhadas em outros cursos da UFF. A professora Walcéa Alves encerrou o bloco de discussões e solicitou aos/as estudantes que expusessem suas propostas para que o Colegiado pudesse prosseguir com os encaminhamentos. Reforçou, ainda, que a proposta inicial do Colegiado seria a de manter o limite de 5 disciplinas, mas que o momento estaria aberto também para que o Colegiado pudesse apresentar alguma outra proposta. A estudante Rhaíssa Vieira expôs que foi criado um grupo de *WhatsApp* com 293 (duzentos e noventa e três) que apontavam uma problemática em relação à limitação de 5 disciplinas. Dentro desse grupo, uma média de 100 estudantes demandaram a necessidade de se inscrever em 7 a 8 disciplinas. Nenhum dos estudantes manifestou precisar cursar apenas 5 (cinco) disciplinas. Muitos estudantes solicitavam 10 (dez) a 12 (doze) disciplinas, mas já havia uma compreensão, a partir das explicações apresentadas na reunião, que esse número não seria uma proposta viável. Diante disso, foi solicitado que se flexibilize essa margem para 6 (seis) ou 7 (sete) disciplinas, já que esse seria o número de disciplinas que cursariam normalmente, para que consigam se formar dentro do prazo previsto. Outra proposta é que se crie um outro espaço para debate, para entender como equalizar essa questão e para se pensar como viria a ser a inscrição num possível próximo período remoto. A terceira proposta apresentada foi de que se avaliasse com mais cuidado os pré-requisitos (PPP, PPE e monografia), pois há muitos estudantes com dificuldades para se inscrever nessas disciplinas, que corresponderiam ao período mesmo em que se encontram e a não-inscrição poderia vir a causar atraso na graduação. A aluna cogitou se haveria como estabelecer uma “preferência” para estudantes do período se inscreverem em detrimento daqueles que estão em outros períodos, em ordem cronológica, no caso das disciplinas que têm pré-requisitos. A quarta proposta apresentada pela aluna foi sobre optativas e eletivas: se haveria possibilidade dos estudantes incluírem mais disciplinas dessa natureza no semestre presente, para além do limite colocado. Já a última proposta foi que se revisassem os casos de estudantes que estão para se formar, mas que não entraram nas ACEs como concluintes. A estudante, ainda, solicitou uma informação: por que a inscrição em disciplinas na Pedagogia não aconteceu pelo sistema, mas por e-mail? A professora Walcéa Alves solicitou que o TAE Regis Telis fizesse uma fala explicando essa e outras questões. Regis Telis explicou, então, que o “sistema” Solicita UFF é uma ferramenta de auxílio e não realiza as solicitações de ajuste de disciplinas automaticamente, operando tão somente como uma caixa de e-mails e que, inclusive, há relatos de diversos problemas decorrentes do seu uso, visto que está em processo de implementação e aprimoramento. Ele explicou que houve alunos que esperaram o prazo anteriormente estipulado para efetuar a inscrição via e-mail, conforme anteriormente anunciado pela Coordenação; pontuou que houve a abertura precoce do Solicita UFF pela universidade, o que poderia desembocar num processo de se “furar a fila” daqueles que aguardaram os prazos anteriormente

colocados pela Coordenação (e que constavam no calendário acadêmico da instituição). Afirmou, então que, caso a Coordenação optasse por utilizar as inscrições pelo Sistema UFF, “adiantando” as inscrições mediante o uso daquela ferramenta, não seria justo com os que vinham seguindo o já previamente combinado. Sobre a questão das PPP e PPE, Regis Telis disse concordar que essas são de fato disciplinas que podem vir a gerar algum problema caso o aluno não consiga cursar no período correlato, mas que nos ajustes feitos, não houve nenhuma questão relativa às PPP que não tenha sido contornada. Já nas PPE, o técnico reconheceu ter havido um problema maior com a questão da falta de vagas, e sinalizou a necessidade de se reavaliar esse quantitativo nas disciplinas e a importância de se continuar o levantamento acerca da retenção de estudantes, para que se possa conhecer as demandas para os próximos semestres. Explicou que a Coordenação precisa homologar as inscrições, e que o processo de validação ou invalidação das mesmas precisa ser feito no prazo de 1 (um) dia após a candidatura do aluno, o que inviabiliza o filtro de todas as inscrições em tempo hábil. Regis aproveitou para expor que seria ótimo se a UFF fizesse as inscrições on-line, como outras instituições têm feito.

A proposta que emergiu para deliberação nesta reunião, portanto, foi que o Colegiado reconsiderasse a decisão de fixar o teto de inscrição em 5 (cinco) disciplinas no período de ajustes e flexibilizasse esse número para que os alunos pudessem se inscrever em 6 (seis) a 7 (sete) disciplinas, além da monografia. A professora Walcéa Alves explicou que os casos de concluintes estão previstos enquanto excepcionalidade, devendo os mesmos enviar e-mail à Coordenação fazendo a solicitação. Ressaltou que também que são considerados casos de excepcionalidade estudantes aprovados em vias de conclusão com aprovação em concurso público. A professora Lisete Jaehn lembrou que casos como esses já vêm sendo deliberados pela Coordenação de curso. Na sequência, as professoras Walcéa Alves e Lisete Jaehn disseram que seria importante que se definisse se a demanda seria um teto de 6 (seis) ou 7 (sete) disciplinas. A professora Flávia Soares, então, interveio e pontuou que a primeira deliberação deveria ser sobre se é viável ou não reconsiderar a decisão anterior, sobre o teto de 5 (cinco) disciplinas. Nesse momento, a aluna Nathalia Maciel reiterou que, quando os alunos começaram a se inscrever, ainda não havia essa deliberação, e como isso foi feito já no segundo dia de ajustes, não houve tempo para que os estudantes se organizassem e expusessem suas propostas. E que portanto, gostariam de que, para esse semestre, fosse possível incluir mais duas disciplinas no plano de estudos, eletivas ou optativas, sem que isso se configure como aligeiramento do curso. A seguir, a professora Walcéa Alves informou que as propostas seriam colocadas em votação e perguntou à estudante Rhaissa Vieira se a representação estudantil do Diretório Acadêmico Anísio Teixeira (DAAT) eleita pelos estudantes da Pedagogia para atuar no período de março de 2019 a março de 2020 havia sido reconduzida para atuar por mais um ano. A estudante informou que sim e, diante disso, foi colocada a necessidade de que o DAAT formalize a participação permanente de um membro titular e um suplente enquanto representante discente no colegiado. A estudante afirmou que, na reunião em questão, ela estava representando o DAAT. A professora Walcéa Alves, então, listou os nomes dos membros do Colegiado que votariam: as professoras Walcéa Alves, Fernanda Montes (suplente), Renata Ramos, Márcia Maria, Marta Maia e Maria Nazareth; os professores José Arthur e Reginaldo Costa e a estudante Rhaissa Vieira. A professora Walcéa Alves elencou então quais seriam as propostas de encaminhamento: A) manter o limite de 5 (cinco) disciplinas; B) ampliar o limite para 5 (cinco) disciplinas obrigatórias mais duas disciplinas (optativas, eletivas ou atividades culturais), C) ampliar o limite para 5 (cinco) disciplinas obrigatórias mais uma disciplina (optativa, eletiva ou atividade cultural). Antes da votação, a professora Walcéa Alves solicitou um esclarecimento do Técnico em Assuntos Educacionais Regis Telis, para que ele expusesse a posição do corpo técnico sobre uma possível reformulação da decisão, visto que o prazo para

o período de ajustes se findaria no dia 28 de setembro. Ele então explicou que estaria de acordo com que o fosse considerado o melhor para todos, contudo, que ficasse claro que a nova mudança dos planos de estudos levaria tempo para ser processada e que, portanto, os/as professores/as e discentes precisariam compreender alguma demora em se realizar tais alterações, em especial os/as professores/as, porque precisariam entender a entrada tardia de alunos/as nas turmas. A seguir, passou-se à votação. Votaram na proposta A as professoras Nazareth Salutto, Márcia Maria Silva, Marta Maia, Renata Ramos e Walcéa Alves; votou na proposta B a aluna Rhaíssa Vieira e votaram na proposta C os professores José Artur e Reginaldo Faria e a professora Fernanda Montes. Portanto, a primeira proposta foi eleita, mantendo-se o limite de inscrição em 5 (cinco) disciplinas no período de ajustes. A professora Walcéa Alves registrou também como encaminhamento a continuação das discussões relativas à grade curricular, ao ajuste e às demais demandas discentes. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e foi lavrada a presente ata pela Técnica em Assuntos Educacionais Nathalia Gonçalves Gomes.